

Empresários discutem apoio a programa de emergência

José Antônio Rodrigues

SÃO PAULO — Os empresários querem evitar que o Poder Executivo adote qualquer nova medida de choque na economia que possa levar o país a enfrentar os mesmos problemas vividos pela Argentina às vésperas e depois das eleições presidenciais. Por isso, costumam um apoio maciço à iniciativa do presidente do Senado, Nélson Carneiro (PMDB-RJ), de estabelecer um programa mínimo de emergência que possa conduzir o país até a posse do próximo presidente. O programa mínimo deverá contar com cinco pontos básicos a serem estabelecidos em projeto de lei que definirá a ação a ser adotada quanto a preços, salários, dívida externa, dívida interna e política tributária.

Para respaldar esse programa, cerca de oitenta empresários, de todos os segmentos da economia, representando mais de 50% do PIB, reuniram-se ontem à noite para um estudo atento da conjuntura e a definição de apoio conjunto à ação do Congresso Nacional.

“A idéia é impedir que o governo Sarney intervenha desastrosamente na economia”, comentou um dos presentes



Paes Mendonça, Flávio Teles, Simeira Jacob e Paulo Cunha (a partir da esq.): medo de Sarney

à reunião na mansão do Morumbi, bairro da classe alta na Zona Sul da cidade, do empresário Salvador Arena, dirigente da Termomecânica. O esforço parte da análise do atual momento. Apesar de não haver similaridade com o processo argentino, comentou um dos empresários, “a ação intempestiva do governo pode por tudo a perder”. O mesmo empresário teme que a inflação de junho, medida pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado, da FGV), alcance os 30% em junho.

Pavor — Durante a reunião de on-

tem à noite, os cerca de 80 empresários — entre os quais os maiores representantes do comércio, indústria sistema financeiro e agropecuária, como Abílio dos Santos Diniz (grupo Pão de Açúcar), João Carlos Paes Mendonça Mendonça, Jorge Simeira Jacob (grupo Fenícia-Lojas Arapuã), José Ermírio de Moraes (grupo Votorantim), Mário Amato (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Cunha (grupo Ultra), Cláudio Bardella (grupo Bardella), Arthur João Donato (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), Flá-

vio Teles de Menezes (Sociedade Rural Brasileira), Otávio Lacombe (grupo Parapanema) — ouviram três exposições: a do economista Luís Paulo Rosenberg, ex-assessor econômico do presidente José Sarney, sobre a situação econômica do país; do ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, sobre a dívida externa; e de consultor político da Fiesp e da Federação Brasileira das Associações dos Bancos (Febraban), Ney Figueiredo, sobre o momento político.

A intenção dos palestrantes foi passar aos empresários um quadro real da situação brasileira e traçar o cenário de curto e médio prazos. Eles partiram do pressuposto que só haverá união se houver perfeito entendimento dos riscos que o país poderá correr caso não se faça alguma coisa urgentemente. Há consenso entre amplos setores do empresariado que a tal união nacional, somente será forjada dependendo do QP, o quociente de pavor, do empresariado, que ainda não sentiu o cheiro de pólvora e somente por isso ainda não se uniu. Outra idéia que está sendo trabalhada é que as entidades patronais, por si só, não compreendem todo o poderio do empresariado, daí a necessidade de descaracterizar o movimento como pertencente a esta ou aquela entidade.